

Populações Tradicionais

Quilombolas de Alcântara lutam por terra

Famoso por sua arquitetura colonial, município maranhense abriga também centro de lançamento de foguetes, cuja instalação afetou a vida de comunidades negras tradicionais.

Texto e fotos de João Roberto Ripper

O município de Alcântara, no Maranhão, é nacionalmente conhecido pela beleza de seus azulejos portugueses, por sua arquitetura colonial e por sediar a base aeroespacial brasileira, no chamado Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). O que poucos brasileiros sabem, no entanto, é que Alcântara abriga também importantes comunidades de quilombolas (comunidades cujos integrantes são remanescentes de antigos quilombos, centros de resistência da cultura negra). E mais: que esses grupos lutam, há anos, pela preservação de suas terras e de suas culturas, ameaçadas com a instalação da base de lançamento de foguetes.

Há séculos, a população majoritariamente negra de Alcântara se organizou em comunidades e transformou suas terras num imenso



bem coletivo, onde produzem com liberdade e respeito às famílias. Desde a década de 1980, porém, a vida dos quilombolas de Alcântara tem sofrido grandes transformações, a partir do momento em que uma extensa área do território por eles habitado foi desapropriada para a construção da base espacial. De uma hora para outra, centenas de famílias foram deslocadas e proibidas de retornar às suas áreas tradicionais, onde mantinham suas casas, suas roças e viviam também da pesca e do extrativismo.

Para frear os constantes despejos e deslocamentos das comunidades tradicionais, os quilombolas de Alcântara começaram, então, um processo de organização, criando movimentos em defesa de sua cultura e de sua forma de organização da economia. Passaram a exigir do Governo Federal a regulamentação dos territórios quilombolas, como prevê a Constituição Federal Brasileira, de 1988, assim como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Território Étnico de Alcântara

Após longa luta, no ano 2000, as organizações quilombolas fizeram denúncia à Comissão dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), responsabilizando o governo brasileiro pelo deslocamento das famílias quilombolas e suas consequências. O movimento e a denúncia surtiram efeito e, em 2006, a justiça federal determinou que o Instituto Nacional de Colo-

nização e Reforma Agrária (Incra) concluísse o processo de titulação do Território Étnico de Alcântara, baseado em laudo do antropólogo e professor Alfredo Wagner Berno de Almeida, elaborado a pedido do Ministério Público Federal. Agora, os quilombolas se organizam para escolher a instituição que os representará para receber o título.

De acordo com o laudo antropológico, as próprias comunidades remanescentes de quilombos no município de Alcântara é que se autodefinem como étnicorraciais, na busca de seus direitos. O documento aponta a mobilização social e as principais conquistas das comunidades pelo direito ao seu território tradicional. Mostra também a luta pela visibilidade pública da realidade quilombola e pela manutenção de suas visões de mundo.

O reconhecimento definitivo para fins de titulação das terras deve ser dado às comunidades, garante o laudo do professor Alfredo Wagner, que se baseia no artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal. Diz o texto constitucional: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos".

Para a composição do laudo, 53 comunidades

foram visitadas e mais de 70 pessoas entrevistadas diretamente. O laudo antropológico alerta para os "interesses que se contrapõem às comunidades quilombolas de Alcântara, de acordo com as medidas oficiais que afetam seu modo de fazer e de continuar vivendo nas terras". Aponta também os impactos causados aos quilombolas com a implantação do Centro de Lançamento. E revela, ainda, como a base de foguetes e a ação dos latifúndios antigos ferem o desenvolvimento da cultura de um povo, sua organização econômica, política e social. "Essa destruição é dolorosamente vivenciada por décadas e décadas pelos remanescentes de quilombos. Com a implantação da base, de uma hora para outra, todos os seus direitos enquanto cidadãos são violados de forma violenta", atesta o documento.

Segundo Sérvulo Borges, o Borjão, coordenador do Movimento dos Atingidos pela Base (MAB), Alcântara convive hoje com três diferentes territórios quilombolas. Os três territórios envolvem 110 comunidades, com mais de 15 mil pessoas, e estão em processo



Quilombo Mamuna



de titulação, com relatórios prontos, respondendo a contestações por parte do governo, que mantém os processos em “banho-maria”, uma vez que tem interesse na expansão da base aeroespacial. Os territórios que estão na área da base envolvem 3.598 famílias.

Ameaça à soberania nacional

Em 2000, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, um acordo de salvaguardas tecnológicas foi assinado entre Brasil e EUA, assegurando aos norte-americanos o direito de usar a base espacial de Alcântara, “estrategicamente situada na entrada da Amazônia”, conforme observou o jornalista José Arbex Júnior em artigo publicado em 19 de agosto de 2002, sob o título FHC entrega Base de Alcântara a Tio Sam. No mesmo artigo, ele lembra que a posição geográfica da base é perfeita para o lançamento de foguetes, por estar situada a dois graus da linha do Equador, tornando o projeto bem mais econômico no tocante ao uso de combustível.

O acordo era bastante favorável aos norte-americanos, garantindo-lhes o controle total sobre a base de lançamentos e permitindo aos Estados Unidos desenvolver programas sigilosos e realizar operações sem o conhecimento das autoridades brasileiras. Além disso, somente as pessoas ligadas ao programa aeroespacial dos Estados Unidos estariam autorizadas a circular em Alcântara. Nem mesmo parlamentares brasileiros ou membros do Executivo, incluindo o presidente da República

do Brasil, poderiam circular na área sem prévia autorização do governo norte-americano.

Outro item do acordo francamente desfavorável ao Brasil era o fato de que nenhum brasileiro poderia ter acesso a nenhum material que chegasse ou saísse da base, qualquer que fosse a sua origem ou destinação. Tudo isso por 34 milhões de dólares anuais. Verdadeira ameaça à soberania nacional, conforme definiu manifesto assinado por dezenas de entidades e personalidades brasileiras, em ato que reuniu mais de três mil pessoas no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, em junho de 2002.

Posteriormente, esse acordo foi abandonado, já que não chegou a ser aprovado no Congresso. Já no governo Lula, foi assinado novo acordo, desta vez com a Ucrânia, com Roseane Sarney à frente do governo maranhense. Após o acordo com aquele país, um acidente na plataforma de lançamento de foguetes deixou um saldo de 21 mortos, em agosto de 2003. Atualmente, o governo se prepara para fazer o lançamento do foguete Ciclone 4 no Centro de Lançamento de Alcântara.

O coordenador do MAB, Sérvulo Borges, acredita que a mobilização das populações nativas foi importante para que o acordo com os Estados Unidos não fosse adiante, mas acha que ainda há muito a fazer. “Fizeram um estudo ambiental exigido pelo Ibama (Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis), mas continuaram os desmatamentos”, diz o coordenador do MAB. As comunidades quilombolas se mobilizaram,

fizeram manifestações, fecharam estradas e ajuizaram ação, tendo conseguido barrar na Justiça a expansão do desmatamento naquela área, com a regulamentação garantida pelo decreto 4.887.

“A titulação só não acontece porque existe um interesse do governo em promover mais remanejamentos, embora não tenham um projeto claro. Aproveitamos essa incerteza para mover processos e fazer ações”, declara Borges.

Resistência: dos engenhos à base aeroespacial

A luta das comunidades negras de Alcântara vem de longa data. “Aqui existiam inúmeras fazendas de engenhos que, em 1775, começaram a entrar em decadência. Desde aquela época, os quilombolas já mostravam resistência contra os maus-tratos e trabalhos forçados. Existem, inclusive, registros de solicitação de tropas para atacar quilombolas”, conta Borjão

Em 1980, o governo estadual decretou o despejo e a desapropriação de áreas para a implantação da base. Na ocasião, foram desapropriados, para fins de utilidade pública, 52 mil hectares de terras para a criação da base espacial. Em 1990, o governo Collor ampliou esse número para 62 mil hectares. Desde então, já foram retiradas do local 312 famílias de 23 comunidades, reinstaladas em sete agrovilas.

“Com tudo isso acontecendo, nos mobilizamos e os quilombolas entraram na justiça com uma ação civil

Inácio Diniz
e Sérvulo
Borges: luta
por melhor
qualidade
de vida



pública. Como consequência, foi feito o relatório de delimitação e identificação da área, a partir do laudo antropológico do professor Alfredo Wagner, que considerou a área um território étnico”, ressalta Borges.

Na verdade, o avanço sobre os territórios dos quilombolas de Alcântara é bem anterior: desde 1962 são feitas propostas de metodologia de implantação da base, acarretando especulação e um desenvolvimento desenfreado que desconsidera o modo de vida das comunidades locais. “Aqui acontece um verdadeiro apartheid social e cultural”, critica o coordenador do MAB.

Borges faz questão de esclarecer que “participação popular” não significa “dar emprego pra limpar latrina, nem empregar jovens para serem soldados”. A comunidade quer saber se vai ser integrada ao processo de forma mais ampla e inclusiva: “Vamos ter uma faculdade que forme cientistas? Então que se preparem quilombolas para participar”, diz, acrescentando que a comunidade quer discutir com o município um plano de economia sustentável, pois a maioria dos quilombolas é formada por agricultores que vivem da agricultura de subsistência, do extrativismo e da pesca.

Após o processo de transferência para as agrovilas, as 312 famílias não só perderam seus territórios originais como tiveram que abrir mão de seu meio de subsistência. Isso atinge cerca de 23 comunidades, de um total de 110.

E as ameaças continuam, já que o governo quer expandir a base para os territórios onde estão instaladas as comunidades de Mamuna, Brito, Mamuninha, Itapera, Canelatiua, Ponte de Areia, Santa Maria, São João de Cortes e Vista Alegre. São comunidades que já vivem nessas localidades há 300 anos.

Os territórios quilombolas

Existem atualmente em Alcântara três territórios quilombolas: o chamado território étnico, que engloba 110 comunidades, com 89 mil hectares; o território do quilombo Itamatatiua (57 mil hectares), que abarca outros quilombos; e o território da Ilha do Cajual, de apenas seis mil hectares. Todos são certificados pela Fundação Cultural Palmares, órgão do Ministério da Cultura.

No momento, está sendo estudada a forma como serão administrados esses territórios. A titulação deverá ser em nome de uma “associação mãe”, que receberá os títulos e fará a gestão com as associações das comunidades quilombolas.

Quilombos no Brasil

Segundo documentos da Fundação Cultural Palmares, órgão do Ministério da Cultura, no Brasil estão identificadas, oficialmente, mil comunidades remanescentes dos quilombos. A maioria se localiza nos Estados da Bahia e Maranhão, embora existam comunidades quilombolas em todo o país.

O governo brasileiro considera comunidades remanescentes de quilombos os grupos étnicorraciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com formas de resistência à opressão histórica sofrida.

Já o conceito de comunidades negras tradicionais é mais amplo. São grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Nele podem ser englobados, por exemplo, os próprios quilombolas, além dos terreiros de matriz africana, as comunidades negras rurais que não detêm modo de vida próprio de comunidades quilombolas, bem como os povos indígenas.

Esses conceitos são definidos por dois decretos: o no 6040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, e o decreto no 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Os quilombolas e moradores de comunidades negras tradicionais, espalhados por várias regiões, estão em luta pelo reconhecimento de suas áreas, seus territórios e por melhores condições de vida e trabalho. Buscam preservar suas regiões de origem, onde ainda existam florestas, e trabalhar nas roças e colheitas extrativistas. Além disso, tentam melhorias nas áreas de saúde e educação, quase sempre precárias.

Quilombo Itamatatiua





Corrida do saco no Quilombo Marudá

Os quilombolas de Alcântara se articulam para garantir uma titulação participativa no território étnico da região. São centenas de negros, negras e alguns brancos, buscando, em ações e pensamentos, a luz dos sonhos. Mulheres e homens que não perdem a esperança e se mantêm firmes na busca de seus direitos, expressando sua coragem e luta na tradição das danças e nas orações de seus ancestrais. Com emoção, fibra e ritmo, viajando nos sons dos tambores, no canto chorado dos homens e no requebrar mágico das mulheres, ecoam o lamento e o grito de guerra, repetido há centenas de anos: "A terra é nossa!"

A vida nas agrovilas

O líder comunitário Inácio Silva Diniz, de 29 anos, nasceu em Alcântara, na comunidade de São Raimundo, e foi remanejado em 1987 para a agrovila Marudá, aos sete anos de idade. Na sua antiga comunidade existiam 13 famílias, mas para essa agrovila foram trasladados moradores de 15 comunidades. "Nós não tínhamos água encanada nem saneamento básico; aliás, não temos saneamento até hoje. Onze anos atrás chegou água e a energia veio antes, em 1992", conta.

A agrovila Marudá é formada por habitantes removidos das comunidades Marudá, Santo Antônio, Ponta Alta, Curuçá, Jenipariba, Ladeira, Caninana, Jabaquara, Fé em Deus, Piraema, São Raimundo, Águas Belas, Corre Prata, Camarajá, Jardim e Santa Rosa. Uma casa na vila urbana tem 25 metros por 40 e cada família tem um lote de 15 hectares na área rural.

"Antes, todas as famílias plantavam, pescavam e praticavam o extrativis-

mo do babaçu, açai, murici, buriti e outras frutas, como manga", recorda Inácio, referindo-se ao tempo anterior à transferência para a agrovila. Segundo os moradores mais antigos, os lotes das agrovilas não têm o solo fértil e só algumas pessoas conseguiram áreas que não encharcam. Nos solos urbanos das agrovilas, as raízes apodrecem. Com isso, a produção agrícola caiu muito. Hoje, as famílias, na sua maioria, têm que comprar até farinha.

A renda da maioria das famílias consiste de aposentadorias dos mais velhos e do Bolsa Família, que varia entre R\$ 40 e R\$ 120. Algumas pessoas, esporadicamente, alcançam rendas alternativas quando conseguem, longe da comunidade, uma boa pesca, ou mediante a venda de carvão com resto de lenha de roça. Em média, 40 sacos de carvão são vendidos a R\$ 170. Outras possibilidades relacionam-se ao emprego de mão de obra no roçado, no corte de lenha ou no ofício de pedreiro e de carpintaria.

Marudá hoje conta com uma associação que reúne 55 famílias. Em muitas delas, é o aposentado quem garante o sustento da própria casa, além de ajudar os filhos casados. As mães jovens se veem forçadas, para ajudar os pais a criar seus filhos, a trabalhar em São Luís. A criança fica com os avós. "A comunidade de Marudá, hoje, vive um abandono. De 100 casas construídas, quase 50% estão fechadas. As pessoas foram tentar uma vida melhor nas cidades, principalmente em Alcântara e São Luís, mas tem gente espalhada pelo Brasil inteiro", conta Inácio.

Nessa agrovila não há pessoas vivendo na miséria, mas a quantidade e a qualidade de alimento caíram acentuadamente. A produção de um

morador local não garante o sustento alimentar de sua família por mais de cinco meses. Muitas pessoas fazem apenas uma refeição por dia e, se ninguém fica sem comer, deve isso às aposentadorias dos idosos, ao Bolsa Família e à solidariedade entre os vizinhos.

O líder comunitário explica que a vida está mais difícil, pois "antigamente existiam os igarapés (rios pequenos) e plantio com fartura que dava pra alimentar a família o ano inteiro". Hoje, cerca de 80% do peixe consumido em Marudá vem do mercado de Alcântara. "Antes, pescávamos na praia e hoje, nas vendas", constata.

Ao todo, são sete agrovilas e há apenas quatro escolas construídas pela Aeronáutica. Em duas delas, só se ensina até a quarta série; nas outras duas, até a oitava. Marudá tem uma escola que funciona do pré-escolar até a quarta série. Recebe alunos de outras agrovilas e comunidades, como Cuicaú, Ponta Seca, Só Assim e Pipital. Em Marudá, somente três pessoas estão empregadas na base de Alcântara. Trabalham como auxiliares de limpeza, ganhando salário mínimo.

Em Alcântara, entre quilombolas de várias comunidades, apenas cinco moradores conseguiram entrar para faculdade: três estudam Pedagogia e duas, Agronomia. Um deles é Inácio, que se formou em dezembro de 2008. Ele é uma espécie de "faz-tudo" na comunidade: organiza reuniões, cuida da rede de encanamentos, é vice-presidente da Associação dos Moradores de São Sebastião, uma comunidade de Marudá, busca assistência médica para os moradores e leva os doentes para Alcântara, pois o posto de saúde só funciona pela manhã e não há médicos. Além disso, não mede esforços para que as pessoas da comunidade sejam capacitadas.

"A Aeronáutica só nos procura quando há alguma troca de comando ou alguma questão de propriedade. Eles interferem nas medições ou em qualquer casa que queremos construir. Aparecem também se tiver lançamento de foguete ou quando tem visita de alguma autoridade. Queremos conseguir projetos para cursos que capacitem os moradores, mas o governo só conversa com a Aeronáutica e o governo da Ucrânia. Não participamos de decisão nenhuma", lamenta Inácio.

